Pesquisa aponta resultados positivos após um ano de regulamentação do uso de celulares nas escolas



A regulamentação do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas brasileiras, estabelecida pela Lei nº 15.100/2025, já apresenta resultados positivos, conforme a Pesquisa Nacional sobre o primeiro ano da norma, divulgada em outubro de 2026. O levantamento aponta que 92% das escolas adotam a medida.

Página 08

Cartinhas de Natal mobilizam servidores da Assembleia Legislativa Página 02

A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br

Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5156 - Rondônia, fim de semana, 14, 15 e 16 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R$ 1,50 - outros estados R$ 3,00

Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza regra de transição

Escala entra em vigor no dia 16 de dezembro

Página 05

4

Funcionário de frigorífico é preso após furtar cerca de 7 quilos de picanha em supermercado



Foto: Divulgação



Alero conquista Selo Diamante de Transparência Pública pelo terceiro ano consecutivo

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Diamante de Transparência Pública, a mais alta certificação concedida pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A premiação reconhece a qualidade das informações disponibilizadas no Portal da Transparência e foi entregue na terça-feira (10), no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

Esta é a segunda conquista consecutiva na atual gestão do presidente da Assembleia, deputado Alex Redano (Republicanos), referente ao biênio 2025–2026. O reconhecimento está relacionado ao acesso da população aos dados públicos, permitindo acompanhar as atividades do Legislativo e fiscalizar a aplicação dos recursos.

Representando o presidente da Casa, participaram da cerimônia o controlador-geral, Gustavo da Cunha Silveira, e o gerente de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, Zaine do Nascimento Oliveira.

Segundo Zaine, a certificação resulta da atuação conjunta dos setores responsáveis pela produção e divulgação das informações institucionais, sob a coordenação da Controladoria Geral. "Esse prêmio é fruto de um trabalho de vários servidores da Assembleia, sob a coordenação da Controladoria Geral da Casa", afirmou. Ele explicou que o reconhecimento considera a qualidade da transparência das informações sobre os trabalhos da instituição e dos dados de interesse público.

Trajetória de transparência

A conquista de 2026 dá continuidade à evolução registrada pelo Parlamento estadual nas avaliações do programa. Em 2024, a Alero recebeu o primeiro Selo Diamante, com índice de 95,02%. Em 2025, o resultado chegou a 99,36%, garantindo a manutenção da certificação.

Avaliação nacional

Criado em 2022, o PNTP busca ampliar e padronizar a divulgação de informações pelos órgãos e entidades públicas. A



iniciativa é coordenada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em cooperação com os 33 tribunais de contas do país, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU).

No ciclo de 2026, foram avaliados 10.880 portais públicos em todo o Brasil. O programa analisa a transparência ativa, ou seja, a divulgação de informações que podem ser consultadas pelo cidadão sem a necessidade de apresentar um pedido ao órgão responsável.

Os resultados são disponibilizados à sociedade pelo Radar da Transparência, permitindo acompanhar o desempenho das instituições e identificar informações que precisam ser aprimoradas. Na Alero, o cidadão pode consultar o Portal da Transparência para acompanhar os dados publicados pelo Poder Legislativo e exercer o controle social.

Texto: Isabela Gomes | Jornalista Secom ALE/RO
Fotos: Arquivo Zaine Nascimento

Cartinhas de Natal mobilizam servidores da Assembleia Legislativa



A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero), em parceria com os Correios, realiza mais uma edição da "Operação Noel", iniciativa que incentiva os servidores da Casa de Leis a participar da campanha "Papai Noel dos Correios". A ação tem como objetivo proporcionar um Natal especial às crianças por meio da adoção de cartinhas e da entrega de presentes.

"Quando eu tinha 15 anos, eu queria muito um violão, mas minha família não tinha condições. Mas, com muito esforço, eles me deram um violão simples, que mudou a minha vida. Então, eu dei um violão para ela, pois sei o quanto isso acrescenta no desenvolvimento. Me emociona muito, porque era o sonho dela", contou o analista legislativo Eduardo Balbueno Cunha, que participou de uma edição anterior da campanha.

As cartinhas estarão disponíveis para adoção entre os dias 11 e 13 de novembro, em todos os setores da Assembleia Legislativa. Durante esse período, os servidores poderão conhecer os pedidos das crianças e escolher uma carta para atender. "Aqui, no setor, todo mundo pega uma cartinha, soma os valores e divide por igual", contou a assistente legislativa Gisele Laranjeira Dias.

A iniciativa busca mobilizar os servidores em uma corrente de solidariedade, incentivando a participação voluntária e o compromisso social. Ao adotar uma cartinha, o participante assume a responsabilidade de providenciar o presente solicitado pela criança. "Nós fazemos o possível para atender os pedidos e comprar os presentes para as crianças", ressaltou a taquígrafa Adriana Gonçalves.

Entrega dos presentes

Após a distribuição das cartinhas, os servidores terão até o dia 30 de novembro para entregar os presentes. Os itens deverão ser encaminhados à Secretaria de Modernização da Gestão, localizada no 3º andar da Assembleia Legislativa.

A organização da campanha ficará responsável pelo recebimento dos presentes e pelos encaminhamentos necessários à realização da ação natalina.

A programação também prevê uma solenidade com a participação do Papai Noel dos Correios. A data, o horário e o local da celebração serão divulgados posteriormente.

Papai Noel dos Correios

Realizada nacionalmente, a campanha Papai Noel dos Correios incentiva a sociedade a atender pedidos de Natal enviados por crianças. A iniciativa reúne voluntários, instituições e empresas que desejam contribuir para tornar a data mais especial.

Por meio da parceria, a Assembleia Legislativa reforça a importância da solidariedade e da participação dos servidores em ações sociais.

Mais do que entregar presentes, a Operação Noel representa uma oportunidade de promover a generosidade e fortalecer o espírito de colaboração entre os participantes.

Texto: Eliete Marques | Jornalista Secom ALE/RO
Fotos: Thyago Lorentz I Secom ALE/RO



Congresso Nacional aprova R$ 32,8 milhões para o Ministério da Saúde

O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (12) um projeto de lei que destina R$ 39 milhões a ações de órgãos do governo federal e a transferências para estados, Distrito Federal e municípios. A maior parte dessa verba — R$ 32,8 milhões — vai para o Ministério da Saúde.

O projeto (PLN 28/2026), de autoria do Executivo, trata de recursos que devem reforçar despesas já previstas no Orçamento da União. Ou seja, é o chamado crédito suplementar: uma autorização para aumentar o valor disponível para determinadas ações orçamentárias.

O texto, que foi aprovado sem alterações, segue agora para a sanção da Presidência da República.

Destinações

Principal beneficiado pela medida, o Ministério da Saúde deve aplicar os R$ 32,8 milhões no atendimento à população — o que inclui o custeio de serviços hospitalares e ambulatoriais, a atenção primária e a estruturação de unidades de saúde.

O valor restante será aplicado em ações em diversas áreas. Entre as outras destinações previstas estão, por exemplo:

obras e projetos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) na Bahia e em Minas Gerais;

recursos para serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia;

projetos esportivos na Bahia;

ações culturais no Espírito Santo e em São Paulo;

iniciativas de proteção animal em Sumé, na Paraíba;

ações de promoção do turismo no Rio de Janeiro;

iniciativas de segurança alimentar e de apoio a mulheres.

Realocação

Segundo o relator da matéria, o deputado federal Lucas Ramos (PSB-PE), o dinheiro previsto no projeto não representa um aumento no total de despesas do Orçamento.

De acordo com o seu parecer, os R$ 39 milhões serão obtidos com o cancelamento de dotações de outras ações orçamentárias, em igual valor — são, segundo ele, recursos de emendas individuais que terão sua destinação alterada a pedido dos parlamentares autores das emendas.

"O crédito tem por finalidade dar efetividade às emendas individuais, ao permitir que seus autores ajustem a alocação dos recursos às necessidades verificadas ao longo da execução, inclusive em face de eventuais impedimentos ou de mudanças nas prioridades locais", afirma o deputado.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional sem alterações em relação ao texto que havia sido apresentado pelo governo.

Fonte: Agência Senado

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br

Filiado a:
AJD-RO Associação dos Jornais Diários Impressos do Estado de Rondônia

Trio é condenado a mais de 98 anos de prisão por feminicídio transmitido ao vivo em Rondônia



A Justiça de Rondônia condenou três homens a penas que, somadas, ultrapassam 98 anos de prisão em regime inicial fechado pelo assassinato de Karine Regina de Assis Maurício, ocorrido em 7 de fevereiro de 2024, na Vila do Cachorro Sentado, distrito de Bom Futuro, em Ariquemes (RO). O julgamento pelo Tribunal do Júri foi realizado nesta semana, e a sentença determinou ainda que os réus paguem solidariamente uma indenização mínima de R$ 100 mil aos familiares da vítima por danos morais.

Por maioria de votos, o Conselho de Sentença reconheceu a prática de homicídio qualificado contra os acusados, identificados pelas iniciais Vanderson A. M., Igor B. C. O. e Rayanderson S. F. O crime ganhou forte repercussão à época por ter sido transmitido ao vivo pelas redes sociais, circunstância que, aliada ao planejamento prévio e ao uso de arma de fogo sem registro, foi considerada pelo magistrado para agravar as dosimetrias.

Qualificadoras reconhecidas e penas aplicadas

Durante a sessão de julgamento, os jurados acataram cinco qualificadoras para o homicídio: motivo torpe, meio cruel, perigo comum, emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio aplicado em razão de o delito ter sido praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

As punições individuais foram fixadas da seguinte forma:

Rayanderson S. F.: Condenado a 37 anos de reclusão por homicídio qualificado e participação em organização criminosa, tendo os jurados reconhecido que ele exercia função de comando dentro do grupo.

Vanderson A. M.: Condenado a 32 anos e 2 meses de reclusão por homicídio qualificado, porte ilegal de arma de fogo e participação em organização criminosa.

Igor B. C. O.: Condenado a 28 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, além de 6 meses de detenção, pelos crimes de homicídio qualificado, fraude processual e participação em organização criminosa.

Com fundamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) referente às decisões soberanas do Tribunal do Júri, o juiz determinou a execução imediata das penas privativas de liberdade, independentemente da eventual interposição de recursos pelas defesas.

Com informações de Jornalismo Rondovisão
Fonte: News Rondônia

Funcionário de frigorífico é preso após furtar cerca de 7 quilos de picanha em supermercado



Um funcionário do setor de frigorífico do supermercado Meta 21 foi preso após furtar aproximadamente sete quilos de picanha do próprio estabelecimento, no final da tarde desta quinta-feira (12), em Porto Velho. O supermercado fica localizado na Avenida Abunã, no bairro Olaria.

Segundo informações, o suspeito foi identificado pelas câmeras de monitoramento, que teriam registrado a ação. As imagens mostrariam o funcionário colocando parte da carne em um caminhão e escondendo outra quantidade sob as próprias vestes.

Após ser flagrado, ele foi detido pelos seguranças do estabelecimento até a chegada da Polícia Militar. O suspeito foi encaminhado ao Departamento de Flagrantes da Polícia Civil, onde ficou à disposição das autoridades para as providências cabíveis.

Fonte: News Rondônia

Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza regra de transição



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu nesta quinta-feira (12) uma liminar (decisão provisória) para permitir jornadas de trabalho superiores a 8h diárias durante a fase de transição da escala 5x2, que prevê a jornada semanal de 42 horas semanais pelo prazo de um ano.

O ministro também manteve o início da vigência da escala 5x2 para o dia 16 de dezembro, conforme previsto na Emenda Constitucional que acabou com a escala 6x1 no país.

Com a decisão, os empregadores estão autorizados a distribuir as 42h semanais, durante o período de um ano de transição, entre os cinco dias de trabalho da escala 5x2, o que resultada em jornadas diárias de até 8h24. Dessa maneira, os 24 minutos extra jornada diários não darão direito ao recebimento de hora extra.

"Durante a etapa intermediária - isto é, até 15 de dezembro de 2027 -, a distribuição das 42 horas semanais em cinco jornadas diárias de até 8 horas e 24 minutos, sem incidência do adicional de horas extraordinárias [quanto aos 24 minutos mencionados]", escreveu o ministro.

Ele acrescentou que "com isso, compatibilizam-se as duas decisões do Congresso Nacional, mesmo que se frustre a negociação coletiva. Ou seja, em 16 de dezembro de 2026, será aplicada a jornada semanal de 42 horas, com dois dias de repouso remunerado".

Dino buscou atender aos anseios das confederações que representam empregadores de diversas categorias. Em audiência de conciliação nesta semana, representantes patronais expressaram o receio de não ter tempo hábil para negociar acordos coletivos de trabalho que permitissem a adoção da jornada semanal intermediária de 42h, obrigando-os então a adotar diretamente a escala de 40h.

Ainda na audiência, Dino buscou tranquilizar as confederações patronais, afirmando não haver possibilidade de que a escala semanal intermediária de 42h não fosse permitida, uma vez que a etapa de transição foi determinada pelo Congresso Nacional, numa decisão política incontornável.

O ministro, contudo, negou o adiamento da entrada em vigência da escala 5x2, um pedido que havia sido feito formalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representam o grosso dos empregadores nacionais.

As confederações alegam que o prazo de 60 dias dado pela Emenda Constitucional seria exíguo para adequar a jornada de trabalho e alcançar acordo em convenções coletivas de diversas categorias mais complexas.

Setores da indústria, por exemplo, alegam ser necessário treinamento de novos funcionários para que as linhas de produção não acabem tendo o tempo de funcionamento reduzido.

Presente na audiência, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ser "plenamente possível negociar", e que "as federações [sindicais], os sindicatos patronais, estão seguindo sua vida". Ele opinou pela desnecessidade de intervenção do Judiciário na implementação da escala 5x2 nos prazos estipulados pelo Congresso.

Flexibilização

Por meio da liminar, Dino também autorizou a modulação (flexibilização) do artigo da Emenda Constitucional que permite, em casos excepcionais, a escala 6x1, contanto que a segunda folga semanal seja compensada ainda no mesmo mês da semana em que foi suprimida.

Pela regra aprovada pelo Congresso, caso não seja possível ao trabalhador gozar das duas folgas semanais na mesma semana, somente uma delas pode ser flexibilizada, podendo ser usufruída em outro dia do mesmo mês-calendário.

O ministro afirmou ter havido consenso na audiência de conciliação de que tais travas - compensação no mesmo mês e ao menos uma das folgas na própria semana - poderiam inviabilizar a operação de diversos setores econômicos.

Como exemplo, ele citou: as altas sazonais de demanda no comércio e serviços; atividades agrícolas, condicionadas aos ciclos de plantio e colheita; setores de turismo e hotelaria, marcados por períodos de alta temporada; e atividades desenvolvidas em embarcações e plataformas marítimas, nas quais as escalas de trabalho e repouso dependem de condições operacionais específicas.

Nessas situações, as negociações coletivas podem estipular prazos mais longos para compensação das folgas, sem considerar as travas de compensação semanal e no mesmo mês-calendário.

"Tais limites podem ser modulados por acordo ou convenção coletiva de trabalho, desde que preservada a integralidade do direito aos 2 (dois) repousos semanais remunerados, admitindo-se o diferimento de sua fruição", escreveu Dino.

Apelos ao Congresso

Em sua decisão, Dino reconheceu alguns impasses trazidos na audiência de conciliação, mas em vez de impor regras, optou por fazer um apelo ao Congresso para que regule pontos obscuros resultantes da emenda.

Um desses pontos diz respeito às jornadas de trabalho diferenciadas, que por diferentes motivos são adotadas por diversas categorias, por força de lei. É o caso, por exemplo, dos atendentes de telemarketing e dos jornalistas, que possuem jornadas diárias máximas de 6h e 5h, respectivamente.

Nesses casos, escreveu Dino, o Congresso deve aprovar uma nova legislação, uma vez que "a diversidade das atividades econômicas, especialmente aquelas submetidas a condições operacionais peculiares, exigirem disciplina normativa que compatibilize a redução da jornada e a ampliação dos repousos semanais com as especificidades de sua organização produtiva".

O mesmo ocorre no caso do tratamento favorecido que deve ser dado às micro e pequenas empresas, uma obrigação prevista na Constituição. O ministro afirmou que o Congresso Nacional deve aprovar leis para permitir regimes mais brandos de implementação da escala 5x2, embora não caiba ao STF interferir.

"Falo, por exemplo, do vasto conjunto - visível sobretudo nos bairros populares - de proprietários de pequenas padarias, lojas de confecção e utensílios do lar, mercadinhos e quitandas, restaurantes de bairro, oficinas de manutenção, entre outros estabelecimentos semelhantes", elencou o ministro.

Fonte: Agência Brasil

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE NOVA MAMORÉ
Superintendência de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/PMNM/2026 SRP 23
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1842/ SEMDRU/2026

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 7899/23, LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA, critério de julgamento do tipo Menor Preço (por ITEM), de Ampla Participação, Modo de Disputa: Aberto, tendo como objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 20 (vinte) Kits Integrados de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), destinados à pulverização e dispersão agrícola, compreendendo aeronaves, baterias, estações de carregamento, geradores de energia, sistemas de dispersão de sólidos e preparo de calda, acessórios, treinamento operacional, entrega técnica, garantia e assistência técnica, visando atender às necessidades dos pequenos e médios produtores rurais do Município de Nova Mamoré-RO. Tudo em conformidade com PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1842-SEMDRU/2026 e especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 7h:30min. às 17h:30min ou no Portal Transparência do Município https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/. A data para abertura da sessão, eletrônica será dia 27/11/2026 às 10h:00min (Horário de Brasília), na plataforma LICITANET.

O Valor estimado é de R$ 3.079.786,70 (três milhões, setenta e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 17h:30min, exceto feriado. CONTATO: (69) 3544-3230 ou 99946-1857, e-mail "cpl@novamamore.ro.gov.br".

Nova Mamoré, 13 de novembro de 2026.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Pregoeiro
Portaria n° 363/GP/2026

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 037/SUMPEL/2026
AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Municipio de São Miguel do Guaporé/RO, através da Superintendência Municipal de Compras e Licitações, designada pelo Decreto no 191/2026, instaura PREGÃO de Licitação, na forma ELETRÔNICA, MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, em conformidade com a Lei Federal no 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE NOVA REDE ELÉTRICA NA UNIDADE ESCOLAR LÁZARA ALVES DE LIMA, conforme edital e seus anexos, autorizado através do processo administrativo no 2465/SEMED/2026, valor estimado R$ 171.333,33 (Cento e setenta e um mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Data da sessão de abertura: 30/11/2026, a partir das 9h horário de Brasília/DF, local: www.licitanet.com.br Informações e Edital/Termo disponiveis no site supracitado, Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br e na sala 08 da SUMPEL na Prefeitura Municipal de São Miguel.

São Miguel do Guaporé/RO, 13 de novembro de 2026.

Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente Municipal de Licitação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2026/SLC
PROCESSO N.º 2458/SEMUSA/2026

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM E POR LOTE). Tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LÚDICOS, JOGOS TERAPÊUTICOS, INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, NEUROPSICOLÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA, valor estimado: R$ 177.133,36 (cento e setenta e sete mil, cento e trinta e três reais e trinta e seis centavos), Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 01/12/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.Buritis – RO, 13 de novembro de 2026.

Verônica da Silva Apolinário
Pregoeira

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO 003
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026
Processo Administrativo nº 1-360/2026

O Município de Cacaulândia/RO comunica que a impugnação apresentada por QFrotas Sistemas Ltda. foi conhecida e que os pedidos de alteração do edital e reabertura do prazo foram indeferidos, com os esclarecimentos constantes da decisão. Fica mantida a sessão de 17/11/2026, às 10h, horário de Brasília, na Licitanet. A íntegra da decisão poderá ser consultada na Licitanet e no sítio eletrônico oficial do Município.

Cacaulândia/RO, 13 de novembro de 2026.

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DA LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO Nº 2-37/2026

O Município de Cacaulândia/RO, por meio da pregoeira, comunica aos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 48/2026 pelo portal Licitanet. O edital e seus anexos estão disponíveis em https://licitanet.com.br/ e https://cacaulandia.ro.gov.br/. Informações pelo telefone (69) 99274-5854 ou pelo e-mail pregao.cacaulandia@gmail.com. O objeto da licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, destinados aos estabelecimentos de saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Cacaulândia/RO. A sessão pública será realizada às 10h do dia 26 de novembro de 2026, no horário de Brasília. O valor total estimado é de R$ 60.177,54 (sessenta mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). O critério de julgamento é o menor preço por item. O modo de disputa é aberto e a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

Cacaulândia/RO, 13 de novembro de 2026

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira

A Gazeta de Rondônia
32 Anos
LIGUE
3311-3714

agazetaderondonia.com.br
Versão Digital

MPRO Ministério Público do Estado de Rondônia em defesa da sociedade

SECRETARIA-GERAL
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, comunica aos interessados que SUSPENDE a licitação, autorizada pelo Processo Administrativo nº 19.25.110001312.0002389/2026-81 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo de licitação MENOR PREÇO, com itens de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a ME e EPP, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, Leis Federais nº 14.133/2021 e 12.846/2013, bem como, pela Lei Estadual nº 2.414/2011, pela Resolução nº 05/2026-PGJ, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO e legislações pertinentes, bem como pelas condições constantes no Processo Licitatório nº 25/2026, modalidade de Pregão Eletrônico nº 19/2026, do Edital e seus respectivos anexos, que dele fazem parte integrante, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para planejamento, organização, coordenação, operacionalização e execução das edições da Corrida de Rua do MPRO nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná e Cacoal.

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS
Período: SUSPENSO
Horário: SUSPENSO
Local: site eletrônico Compras.gov.br.
Unidade Compradora (UASG): 925040
ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E SESSÃO DE DISPUTA
Data: SUSPENSO
Horário: SUSPENSO
MOTIVO DA SUSPENSÃO
Suspensão administrativa realizada por determinação da Secretaria-Geral, fica suspenso o andamento do Pregão Eletrônico nº 19/2026, inclusive o recebimento de propostas, até ulterior deliberação da Administração.
INFORMAÇÕES:
Dias: segunda a sexta-feira, em dias úteis.
Horário: de 8h as 15h (horário de Brasília – DF).
Local: Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Jamari, nº 1555, bairro Olaria, CEP 76.801-917, Porto Velho/RO, sala da Comissão Permanente de Licitação, Torre II, 2º andar.
Fones: (0xx69) 3216-3853/3216-3974/3216-3969.
E-mail: cpl@mpro.mp.br
Porto Velho, 14 de novembro de 2026.

Nelson Teodósio da Silva Filho
Pregoeiro

A Gazeta de Rondônia
Edições Diárias

BB aponta recusa de parte dos produtores em renegociar dívidas do agro



A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou nesta quinta-feira (12) que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas.

A declaração foi feita durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre de 2026. Segundo a executiva, o comportamento de parte dos devedores surpreendeu a administração do banco e tem contribuído para o agravamento da inadimplência na carteira de agronegócios.

"Não contávamos com a persistência e intencionalidade do risco moral", afirmou Tarciana.

O vice-presidente de Agronegócios do BB, Gilson Bittencourt, também apontou que parte dos produtores pode estar adiando a renegociação das dívidas na expectativa de conseguir condições mais favoráveis em outro momento.

Segundo a direção do banco, os casos de inadimplência estão concentrados principalmente entre produtores de médio e grande porte do Centro-Oeste, que atuam nas culturas de soja, milho e na pecuária.

Risco moral

Tarciana destacou que, mesmo diante de colheitas recordes em 2025 e 2026, parte dos produtores optou por não honrar os compromissos financeiros nem buscar alternativas para regularizar as operações.

"Mesmo com colheitas recordes, parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar, nem renegociar, e se recusaram a apresentar garantias", declarou.

O chamado risco moral ocorre quando um devedor adia o cumprimento de suas obrigações por acreditar que poderá obter condições mais vantajosas de negociação ou algum tipo de benefício futuro.

A presidenta fez questão de diferenciar os clientes que procuraram o banco para renegociar suas dívidas daqueles que permanecem inadimplentes sem apresentar alternativas de regularização.

"Para quem não negocia e não paga, o instrumento é a cobrança", afirmou.

Segundo Tarciana, cerca de 90% dos clientes do agronegócio continuam pagando suas operações em dia. A executiva ressaltou que a deterioração da carteira não representa o comportamento de todo o setor e que o banco pretende manter o relacionamento com os produtores que honram seus compromissos.

Inadimplência avança

A piora na carteira de agronegócios teve impacto direto no balanço do Banco do Brasil. No terceiro trimestre de 2026, a instituição registrou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão, queda de 66,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O custo do crédito alcançou R$ 21,2 bilhões no trimestre e somou R$ 58,6 bilhões nos primeiros nove meses do ano, crescimento de 33,2% na comparação anual.

Os indicadores da carteira agro também demonstram a deterioração da capacidade de pagamento de parte dos clientes:

• 6,92%: índice de inadimplência acima de 90 dias em setembro de 2026, ante 4,84% no mesmo mês de 2025;

• 10,10%: percentual de operações com atrasos superiores a 30 dias em setembro;

• 66%: índice de pontualização em outubro, que mede o pagamento das parcelas na data prevista;

• R$ 21,2 bilhões: custo do crédito registrado no terceiro trimestre.

Com o resultado abaixo das expectativas, o BB revisou sua projeção de lucro líquido ajustado para 2026. A estimativa, que anteriormente estava entre R$ 18 bilhões e R$ 22 bilhões, passou para uma faixa de R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões.

Renegociação abaixo

A presidenta afirmou que o banco identificou sinais atípicos de deterioração nos pagamentos do agronegócio ainda no primeiro trimestre de 2025. Na ocasião, a instituição decidiu suspender a divulgação de suas projeções financeiras diante das incertezas sobre o comportamento da carteira.

Tarciana disse que o BB intensificou as estratégias de cobrança, ampliou as exigências de garantias e reforçou as iniciativas para renegociar os débitos.

Por meio da Medida Provisória (MP) 1.376/2026, foram renegociados R$ 13,4 bilhões em dívidas do agronegócio. Apesar do volume financeiro, a adesão ficou abaixo das expectativas da instituição.

Segundo o BB, apenas 15% dos clientes inadimplentes aderiram às condições de renegociação.

Entre as medidas adotadas pelo banco para reduzir a exposição ao risco estão:

• Reforço dos mecanismos de cobrança e recuperação de crédito;

• Ampliação das exigências de garantias nas novas operações;

• Intensificação da judicialização contra devedores;

• Cessão de carteiras com perdas para empresas especializadas na recuperação de dívidas;

• Uso de inteligência artificial para aprimorar a avaliação da capacidade de pagamento dos produtores.

Tarciana também informou que 80% da safra 2026/2027 já conta com alienação fiduciária como garantia, mecanismo que permite ao credor ter a propriedade do bem vinculado à operação até a quitação da dívida.

Capital e perspectivas

Além da pressão provocada pela inadimplência, o Banco do Brasil enfrenta desafios relacionados à recomposição de seu capital e à recuperação da rentabilidade.

Tarciana admitiu que o índice de capital principal da instituição encerrou o terceiro trimestre um pouco abaixo de 11%. Embora esteja acima do mínimo regulatório, o indicador permanece abaixo do patamar considerado adequado pela administração.

"Hoje, o nosso foco é recuperar a rentabilidade do Banco do Brasil. A nossa gestão tem um compromisso: colocar a sustentabilidade do banco em primeiro lugar, mesmo quando isso exige decisões difíceis no curto prazo", afirmou.

Para 2027, o banco prepara um conjunto de mais de 15 medidas para reforçar sua estrutura de capital. Entre as iniciativas está a redução do percentual de distribuição de dividendos, anunciada na quarta-feira (11), que permitirá reter uma parcela maior dos resultados.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores da instituição, Marco Geovanne Tobias da Silva, afirmou que a expectativa é de acomodação da inadimplência e recuperação gradual dos resultados. O executivo também sinalizou uma redução maior do volume de crédito destinado ao agronegócio, segmento que atualmente concentra parte das dificuldades da instituição e apresenta menor margem de retorno.

Crédito ao agro

Apesar do cenário adverso, Tarciana reafirmou que o Banco do Brasil não pretende abandonar o financiamento ao agronegócio. A estratégia, segundo ela, será aprimorar a análise de risco e diferenciar os produtores que enfrentam dificuldades financeiras daqueles que, na avaliação da instituição, têm condições de pagar, mas não regularizam suas operações.

A presidenta também destacou a importância histórica do relacionamento do banco com o setor rural e afirmou que a instituição continuará atendendo clientes com os quais mantém vínculos de longa data.

"Vamos continuar emprestando para o nosso cliente agro que é parceiro de uma vida inteira. Há clientes que estão conosco há várias gerações", declarou.

A executiva reforçou que a prioridade da administração é recuperar a rentabilidade e preservar a sustentabilidade financeira do banco, sem comprometer sua atuação como uma das principais instituições financiadoras do agronegócio brasileiro.

Posicionamento do banco

Em nota, o Banco do Brasil afirmou que não atribuiu ao conjunto do agronegócio a responsabilidade pela queda dos resultados. A instituição ressaltou que 90% dos clientes da carteira do setor estão com os pagamentos em dia e que os atrasos se concentram em um grupo de médios e grandes produtores, principalmente de soja, milho e pecuária, na região Centro-Oeste. O banco reiterou sua confiança no agronegócio e o compromisso de continuar financiando o setor.

Fonte: Agência Brasil

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
PROCESSO Nº1-325/2026

A Prefeitura Municipal de Cacaulândia, através do Prefeito, torna público, para conhecimento de todos os interessados a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 46/2026 que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação institucional integrada, compreendendo o planejamento, produção, edição e divulgação de conteúdos institucionais da Prefeitura Municipal de Cacaulândia, incluindo gestão de redes sociais oficiais, produção de conteúdo digital, cobertura fotográfica e audiovisual de eventos, criação de peças gráficas e materiais institucionais, filmagem e edição de vídeos, bem como apoio técnico à divulgação das ações administrativas, com a finalidade de assegurar a publicidade, transparência e eficiência da comunicação pública, em favor da empresa: Diariodaki - 21.520.586/0001-95, no valor deR$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais)

Cacaulândia/RO, 13 de Novembro de 2026

DANIEL MARCELINO DA SILVA
PREFEITO

Pesquisa aponta resultados positivos após um ano de regulamentação do uso de celulares nas escolas



A regulamentação do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas brasileiras, estabelecida pela Lei nº 15.100/2025, já apresenta resultados positivos, conforme a Pesquisa Nacional sobre o primeiro ano da norma, divulgada em outubro de 2026. O levantamento aponta que 92% das escolas adotam a medida. Entre os gestores consultados, 97% concordam que houve aumento da participação dos estudantes nas atividades pedagógicas e 95% identificam melhora na concentração durante as aulas.

A legislação, sancionada em 13 de janeiro de 2025, busca fortalecer o ambiente de aprendizagem, reduzir distrações e proteger a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes, e proíbe o uso desses aparelhos por estudantes durante aulas, recreios e intervalos nas instituições públicas e privadas de educação básica, com exceções previstas no próprio texto legal.

O titular da Seduc, Alisson Maia, ressaltou que a regulamentação não representa uma proibição absoluta da tecnologia no ambiente escolar, mas estabelece critérios para que os dispositivos sejam utilizados de maneira adequada, especialmente em atividades pedagógicas e situações previstas na legislação. A orientação é que o ambiente escolar priorize a concentração, a interação e o desenvolvimento dos estudantes.

EXCEÇÕES PARA USO DOS APARELHOS

De acordo com a Lei nº 15.100/2025, os aparelhos eletrônicos podem ser utilizados durante as aulas para fins estritamente pedagógicos ou didáticos, conforme orientação dos profissionais da educação. A legislação também estabelece exceções para situações de estado de perigo, necessidade ou força maior.

O uso dos dispositivos é permitido, independentemente da etapa de ensino e do espaço escolar, quando necessário para garantir acessibilidade, inclusão, atendimento às condições de saúde dos estudantes e exercício de direitos fundamentais.

A legislação também determina que as redes de ensino e as escolas desenvolvam estratégias relacionadas à saúde mental dos estudantes, com orientações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo os efeitos do uso excessivo de aparelhos eletrônicos e o acesso a conteúdos impróprios.

Entre as medidas previstas estão a realização de treinamentos periódicos para profissionais da educação, voltados à identificação e prevenção de sinais de sofrimento psíquico e dos efeitos prejudiciais do uso excessivo de telas. As instituições também devem disponibilizar espaços de escuta e acolhimento para estudantes e funcionários que enfrentem dificuldades relacionadas à saúde mental.

EDUCAÇÃO DIGITAL

A regulamentação também está relacionada à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), lançada pelo governo federal em setembro de 2023. A iniciativa reúne União, estados, municípios e Distrito Federal para ampliar o acesso à internet de qualidade nas escolas públicas de educação básica e promover a educação digital e midiática nas redes de ensino.

Coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), a estratégia contempla a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Entre as ações estão a ampliação da conectividade para uso pedagógico, o apoio à inclusão da educação digital nos currículos, a formação de professores e a disponibilização de ferramentas e recursos educacionais digitais. A proposta é desenvolver competências para que crianças e adolescentes utilizem a tecnologia de maneira crítica, consciente e responsável, aprendendo, criando e inovando. A adesão à estratégia ocorre por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), com acesso ao pré-diagnóstico da conectividade das escolas e formalização da participação das redes de ensino.

Texto: Isabelly Rodrigues sob supervisão de Ananda Carvalho
Fotos: Daiane Mendonça Secom - Governo de Rondônia

